



ISSN 2359-5051

# Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores

## RAÍZES DE LUTA E SABERES ANCESTRAIS: A TRAJETÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL DAVID MIRANDA EM MACAPÁ-AP

## ROOTS OF STRUGGLE AND ANCESTRAL KNOWLEDGE: THE TRAJECTORY OF THE DAVID MIRANDA STATE QUILOMBOLA SCHOOL IN MACAPÁ-AP

Elivaldo Serrão Custódio<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral discutir práticas educacionais de cunho antirracista desenvolvidos pela Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos, localizada na Comunidade de São José do Matapi, município de Macapá-AP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo através de observação direta. Os dados revelam que a escola adotou um currículo escolar vinculado às dimensões etnoculturais e simbólicas da comunidade quilombola local. Sua educação visa uma aproximação entre os saberes da comunidade e os curriculares, e isso se dá através da elaboração e execução de diferentes projetos pedagógicos, nos quais incentivam a participação de todos, principalmente de seus estudantes, por meio de palestras motivacionais, momentos de sensibilização acerca da importância do elo família-escola, entre outras atividades de cunho sociocultural.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Quilombola. Prática Educacional. Currículo. Amapá.

### ABSTRACT

The general objective of this article is to discuss anti-racist educational practices developed by the Professor David Miranda dos Santos State Quilombola School, located in the São José do Matapi Community, in the municipality of Macapá, Amapá, Brazil. This is a qualitative exploratory study of bibliographical and documentary research, as well as field research through direct observation. The data reveal that the school adopted a curriculum linked to the ethnocultural and symbolic dimensions of the local quilombola community. Its education aims to bridge the gap between community knowledge and the curriculum, achieved through the development and implementation of various pedagogical projects, in which they encourage the participation of all, especially their students, through motivational lectures, awareness-raising sessions on the importance of the family-school

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Macapá, Amapá, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Líder e fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática, Cultura e Relações Étnico-Raciais (GEPECRER). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>



bond, and other sociocultural activities.

**Keywords:** Quilombola School Education. Educational Practice. Curriculum. Amapá.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação escolar quilombola no Brasil possui um histórico profundamente relacionado à luta por direitos e à preservação da identidade cultural dessas comunidades. Tradicionalmente, os quilombos funcionaram como espaços de resistência não apenas física e política, mas também cultural e educacional. Durante o período colonial e até muito tempo depois da abolição, os quilombolas foram sistematicamente excluídos do sistema formal de educação. Em resposta, desenvolveram suas próprias formas de transmitir conhecimento, baseadas nas tradições orais, na prática coletiva e na preservação dos valores culturais e religiosos herdados dos seus ancestrais africanos e afro-brasileiros.

No Brasil, após a alteração da Lei nº 9.394/1996 pela sanção da Lei nº 10.639/2003 e sua posterior regulamentação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica.

Assim, a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. Foram criadas, ainda, formas efetivas para o enfrentamento e a eliminação do racismo cultural, institucional e da discriminação nos contextos educacional e social.

O reconhecimento da educação escolar quilombola como um direito específico das comunidades foi um passo que só se consolidou no Brasil nas últimas décadas. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a inclusão das comunidades tradicionais, como os quilombolas, passou a ser considerada uma parte integrante da diversidade cultural brasileira, e a educação começou a ser vista como um instrumento fundamental para a promoção da equidade (Silva, *et al.*, 2021; Custódio, 2023).

A partir disso, diversos marcos legais, já citados anteriormente foram implementados para atender as especificidades educacionais dos quilombos. Um avanço significativo ocorreu em 2010, com a publicação da Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Essa resolução define que a educação quilombola deve ser orientada por princípios como: a) Respeito à identidade étnica e cultural das comunidades



quilombolas; b) Reconhecimento e valorização da história de resistência dessas comunidades; – Promoção da autonomia e participação comunitária no desenvolvimento das práticas pedagógicas; c) Inclusão dos saberes tradicionais quilombolas no currículo escolar, como os conhecimentos sobre o meio ambiente, o uso da terra, a espiritualidade e a organização social. As Diretrizes preveem que a educação escolar quilombola deve ser diferenciada, contextualizada e que envolva diretamente a comunidade em sua elaboração e gestão. Além disso, o currículo deve ser adaptado à realidade local, integrando os conhecimentos tradicionais e os saberes comunitários.

Embora todo esse marco legal e as diretrizes para a educação quilombola representem avanços significativos, a implementação efetiva desses direitos ainda é desigual. Muitas comunidades quilombolas relatam que suas escolas continuam sem condições adequadas e sem material pedagógico que reflita a realidade local (Custódio, 2019; Custódio, Foster, 2022). A formação continuada de professores também é uma demanda importante, pois, muitas vezes, há uma falta de profissionais capacitados para trabalhar com as especificidades culturais e históricas dos quilombos nas escolas quilombolas (Custódio, 2023).

Todavia, a organização das próprias comunidades foi um fator essencial para o fortalecimento da educação quilombola. Em várias partes do Brasil, movimentos quilombolas assumiram a liderança na reivindicação de seus direitos educacionais, promovendo conferências e encontros para discutir estratégias de fortalecimento da educação nas suas localidades. Em Recife (PE), por exemplo, no período de 18 a 20 de dezembro de 2024 ocorreu o *Encontro Nacional de Educação Escolar Quilombola* organizado pelo Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), com participação de professoras e professores quilombolas de 22 estados. O tema central foi o Plano Nacional de Educação (PNE) antirracista e os desafios e avanços da educação escolar quilombola<sup>2</sup>.

A educação escolar quilombola, portanto, passou a ser vista principalmente pelo Movimento Negro Brasileiro como um instrumento de empoderamento social, cultural e político, com um papel crucial na preservação das tradições e no fortalecimento da luta por direitos, que prepara as novas gerações para enfrentarem os desafios contemporâneos (Brasil, 1996, 2003, 2012, 2017). Ao incorporar os saberes tradicionais e os valores das comunidades, a educação quilombola tem se firmado como um importante mecanismo de resistência contra a marginalização histórica e social do povo negro (Custódio, Foster, 2023; Foster, Custódio, 2024).

No estado do Amapá, a partir da publicação da Resolução nº 025/2016 do Conselho Estadual de Educação (CEE/AP), na qual estabeleceu-se no âmbito da educação básica estadual, as normas

<sup>2</sup> Ver matéria completa em: <https://conaq.org.br/professoras-e-professores-quilombolas-de-todo-o-brasil-discutem-plano-nacional-de-educacao-pne-antirracista/>.



para a criação, o funcionamento e a estruturação de escolas quilombolas, com a definição de uma nomenclatura padronizada para as escolas quilombolas estaduais, houve o despertar para a referida modalidade de ensino, visto que existem diversos territórios quilombolas neste Estado, bem como, escolas quilombolas que até então, embasavam seus modelos educacionais em conformidade somente à Lei nº 10.639/2003, sem uma diretriz específica no âmbito estadual.

Em meados do ano de 2019, o governo do Estado do Amapá, através do Decreto nº 3652/2019 (publicado no Diário Oficial nº 6.996 de 5 de setembro de 2019) determinou a inserção do termo “Quilombola” ao nome oficial de 24 escolas da rede estadual de ensino, incluindo a Escola Quilombola Professor David Miranda dos Santos. Diante deste contexto, o presente artigo tem por objetivo discutir práticas educacionais de cunho antirracista desenvolvidos pela Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos, localizada na Comunidade de São José do Matapi, município de Macapá-AP.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo (Flick, 2009; Triviños, 2015; Gil, 2017; Lüdke, André, 2020). A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos em sua complexidade, valorizando significados e contextos. Para Flick (2009), esse tipo de investigação não visa generalizações, mas interpretações que emergem da realidade estudada. O caráter exploratório, por sua vez, é adequado quando se pretende oferecer maior familiaridade com o problema pesquisado, permitindo a formulação de hipóteses e novos olhares sobre a temática (Gil, 2017).

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica fornece a sustentação conceitual por meio do diálogo com produções já existentes, enquanto a pesquisa documental amplia a análise a partir de registros institucionais, como projetos pedagógicos e relatórios (Lüdke, André, 2020). Já a pesquisa de campo, realizada por meio da observação direta, possibilita captar a dinâmica cotidiana da escola, favorecendo uma compreensão mais contextualizada do objeto investigado (Triviños, 2015).

No que se refere à pesquisa bibliográfica e documental, foram analisados documentos institucionais da escola, tais como o Projeto Político Pedagógico Quilombola (PPPQ), relatórios diversos de projetos, registros de atividades e documentos referentes às ações desenvolvidas no âmbito escolar. Essa análise teve como objetivo compreender a organização pedagógica, as concepções educativas, bem como identificar as práticas voltadas ao fortalecimento da identidade cultural, ao envolvimento da família e à valorização das questões ambientais.



Já a pesquisa de campo foi realizada por meio de observação direta, acompanhando a execução de projetos pedagógicos relevantes para a comunidade escolar. Foram observados de forma sistemática o Projeto Identidade Cultural, o Projeto Família e Escola e o Projeto de Educação Ambiental, de modo a registrar o desenvolvimento das atividades, a participação dos sujeitos envolvidos e as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores.

Durante esse processo, foram produzidos registros descritivos e reflexivos das observações, permitindo não apenas a coleta de dados sobre as práticas educativas, mas também a análise crítica da interação entre escola, comunidade e projetos institucionais. Assim, a metodologia possibilitou a construção de uma visão integrada das ações da escola, articulando documentos oficiais e práticas pedagógicas concretas, em diálogo com a realidade observada.

### **3. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA ESCOLA QUILOMBOLA DAVID MIRANDA DOS SANTOS: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS**

A Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos, localizada na Comunidade Quilombola São José do Matapi, nº 156-GEA, Porto do Céu (Distrito do Coração – Macapá, Amapá). Antes denominada “Escola Estadual Porto do Céu”, que no início funcionava somente com o primeiro segmento do ensino fundamental (de 1ª a 4ª série) e, de acordo com documentos escolares das pessoas mais antigas da referida Comunidade Quilombola, seus registros datam do ano 1967 (PPPQ, 2024). Ou seja, a escola já existe há cerca de 57 anos.

Nos anos de 1980 a escola funcionava primeiramente na casa da senhora Francisca Antônia Gomes e do senhor Bonifácio Rodrigues da Silva, à margem esquerda do Rio Matapi. Por volta dos anos 90 passou a funcionar onde hoje está localizada a atual dependência da escola, já com o Ensino Fundamental nos dois segmentos, atendendo moradores de outras localidades vizinhas, já com a denominação de Escola Estadual Professor David Miranda dos Santos, em homenagem póstuma a esse professor que foi nomeado diretor da escola, porém, faleceu antes de assumir o cargo ((PPPQ, 2024).

A escola foi criada pelo Decreto nº 0237/SEECE/GEA, de 10 de fevereiro de 1993 e inaugurada pelo então governador Anníbal Barcellos, sendo uma escola pública de referência em qualidade de educação, que busca cada vez melhor atender à comunidade rural, ribeirinha e quilombola num resgate à cidadania, como marco referencial na educação estadual.

Mais recentemente, o nome da escola foi alterado pelo Decreto 3652/2019 – GEA, de 26 de agosto de 2019, pelo qual foi acrescentou-se o termo “Quilombola”, passando a ser denominada oficialmente como “Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos”. A escola foi



criada para atender a demanda existente nas Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas das margens do Rio Matapi.

A clientela é de etnia afro-brasileira e de comunidades ribeirinhas oriundas da própria vila ou de localidades próximas, a saber: Comunidade Quilombola Vila de São José do Matapi, Quilombo São Raimundo do Pirativa, Comunidade Quilombola São Tomé do Alto Pirativa, Comunidade Quilombola Cinco Chagas, Comunidade Quilombola São João do Matapi, Comunidades Ribeirinhas do Rio Matapi, Ramal Porto do Céu, Comunidade da Vila Valdemar, Comunidade do Coração e Bairro do Jardim de Deus (PPPQ, 2024).

A comunidade quilombola na qual a escola está inserida, sobrevive em sua maioria, do cultivo de mandioca, hortaliças e de serviços rurais prestados em propriedades particulares, portanto, constitui-se de uma população financeiramente carente. Ou seja, a comunidade apresenta essas peculiaridades, características e especificidades próprias ora mencionadas anteriormente que diferem de outras comunidades quilombolas no estado do Amapá. Diante dessa realidade, a escola promove uma educação permeada por ações que contribuem para mudanças significativas sociais e históricas na comunidade, propondo sempre reflexões críticas e coletivas, bem como, a valorização cultural como forma de identidade etnocultural, colaborando assim para a autoafirmação.

No entanto, os desafios são muitos, principalmente quanto à localização geográfica e o acesso à escola que se dá por via terrestre e fluvial. Há também a questão migratória, com grande rotatividade dos alunos que mudam de escola com frequência por questões financeiras ou de desestruturação familiar, o que prejudica o rendimento escolar desses estudantes, a falta de infraestrutura adequada como a ausência de auditório, instabilidade no fornecimento de energia elétrica na comunidade, com frequentes desligamentos, rotatividade de alunos causada por migrações, impactando negativamente os índices de rendimento escolar, entre outros.

Observamos, portanto, que os desafios são enormes e a responsabilidade é de se construir um ambiente participativo e agradável para alunos, familiares, professores e demais funcionários, com todos engajados em torno de um objetivo comum, para fazer da Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos uma escola que seja adequada para quem estuda, para quem trabalha e para os pais dos alunos que têm a escola como um ponto local de referência das políticas públicas afirmativas na comunidade.

No ano letivo de 2024, a Escola atendeu 401 alunos matriculados, distribuídos assim: 106 alunos de 2º ao 5º ano no turno da manhã, 220 alunos do 6º ao 9º ano, nos turnos manhã e tarde, respectivamente, no Ensino Fundamental Regular de 9 anos e 75 no ensino médio, no turno da tarde. O acesso à escola é por estrada parcialmente pavimentada, que tem início na Vila do Coração, ou por transporte fluvial (rio Matapi). Devido à realidade rural da Escola, a mesma possui 6 (seis) barcos, 4





(quatro) kombis, 1 (uma) van, 1 (um) ônibus e 1 (um) micro-ônibus (PPPQ, 2024).

#### 4. PRINCÍPIOS, VALORES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA

Mesmo em período anterior aos marcos legais anteriormente mencionados, as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Quilombola Estadual Prof. David Miranda dos Santos já se orientavam pela valorização da cultura local e das matrizes africanas, enfatizando a identidade do povo negro como elemento central do processo educativo. Tais práticas tinham como horizonte a promoção da transformação social, articulando ensino, cultura e resistência comunitária. Essa perspectiva dialoga com as DCN para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012), que defendem a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na história, cultura e valores das comunidades quilombolas, assegurando o direito a uma educação específica, diferenciada e comprometida com a equidade racial.

A Escola tem como visão a tendência sociointeracionista, a qual teve Lev Semiónovitch Vygotsky (1896-1934) como seu maior expoente. Seus pressupostos partem da ideia de homem enquanto corpo e mente, ser biológico, social e participante de um processo histórico-cultural. Portanto, buscamos desenvolver o conhecimento no âmbito da sala de aula, considerando que o estudante percebe e organiza o real através dos dados fornecidos pela cultura local, privilegiando o ambiente social, pois a escola não atua indiferente ao saber cultural que os alunos carregam no seu dia a dia.

Segundo Vygotsky (1997, p. 33), “a aprendizagem é um processo social que ocorre através da interação com os outros”, o que evidencia a centralidade do caráter interativo no desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a aprendizagem efetiva se concretiza a partir da mediação social, em que o conhecimento é construído por meio da troca de ideias, do diálogo e da colaboração em atividades coletivas. Tais interações favorecem não apenas a apropriação de conteúdos, mas também o desenvolvimento de competências comunicativas e relacionais. Além disso, fortalecem a capacidade crítica e reflexiva dos sujeitos, elementos considerados fundamentais para a consolidação do processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva equitativa.

Ao direcionarem as ações pedagógicas da Escola por essa corrente pedagógica sociointeracionista e crítica-social dos conteúdos, buscam a aquisição e socialização dos conteúdos a fim de preparar o aluno, por meio da construção de conhecimentos, para a participação ativa no mundo com um olhar diferenciado, mediante as diversas contradições da sociedade moderna. A pedagogia crítico-social dos conteúdos busca construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão da



realidade histórica e social, com o objetivo de possibilitar o papel mediador da educação no processo de transformação social. Nesse sentido, “não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências” (Aranha, 1996, p. 216).

As práticas pedagógicas adotadas na Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos buscam a transformação social e para tal, partem da compreensão da realidade de uma Comunidade Quilombola na qual está inserida, a partir da análise das vivências sociais nessa comunidade, sua história e suas lutas, buscando entendê-las como algo construído culturalmente, o que se torna importante no processo de valorização da cultura local e garante ferramentas educacionais para a mediação cultural.

A educação na escola também segue a orientação da Lei n. 10.639/2003, a qual incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Brasileiro, criou a imperiosa necessidade de produção de material didático específico, adaptado às diversas faixas etárias da população escolar brasileira.

O ensino da História e da Cultura Afro-Brasileiras representa um passo fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre os membros da comunidade escolar, na medida em que todos aprendam a valorizar a herança cultural afro-brasileira e africana e o protagonismo histórico dos afro-brasileiros e africanos. Quanto aos princípios e valores que prezam são o diálogo igualitário, a inteligência cultural, a solidariedade e a igualdade de diferenças. Além dos valores éticos, buscam como objetivo específico despertar no aluno a empatia, a responsabilidade social e a consciência ambiental.

A metodologia adotada para atingir esses objetivos, em perspectiva de longo prazo, consistem nas ações desenvolvidas por meio dos projetos implementados na escola, os quais estão integrados ao currículo escolar. Tais projetos constituem instrumentos estratégicos para a consecução das metas estabelecidas, articulando práticas pedagógicas com os objetivos educacionais definidos: 1) Estabelecimento da relação entre os conteúdos da educação universal e a vida cotidiana da Educação Quilombola, por meio da história oral local; 2) Valorização da identidade étnica e cultura afro-brasileira, promovendo a integração entre a escola e a comunidade; 3) Ampliação das discussões da identidade negra quilombola, para a valorização das garantias dos seus direitos territoriais e sociais; 4) Implementação na prática da Lei nº 10.639/03 que versa sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Escolar; 5) Aprimoramento da interação humana com a natureza, para que haja valorização e preservação dos recursos naturais, bem como, da cultura e economia local, a fim de que essa relação vise à sustentabilidade; 6) Participação das famílias na vida escolar dos estudantes, com vistas ao seu desenvolvimento da autoestima e integração ao processo de ensino e





aprendizagem, com ativa participação nas ações da Escola.

Ademais, compreender a realidade da Comunidade Quilombola São José do Matapi, na qual a escola está inserida, analisando suas vivências sociais, sua história e lutas, buscando entendê-las como algo historicamente construído, foi o que proporcionou a transformação do processo de ensino-aprendizagem na E. Q. E. Prof. David Miranda, de maneira que, a educação passou a garantir, não somente o ensino tradicional, mas também, ferramentas educacionais para a mediação sociocultural de toda a comunidade escolar em um ambiente educacional democrático, em detrimento da seletividade social outrora imposta.

Nessa perspectiva, adotamos um currículo escolar vinculado às dimensões etnoculturais e simbólicas da Comunidade Quilombola. Isso não se trata de negar o saber historicamente acumulado, que compõe os conteúdos escolares, mas entrelaçar esses conhecimentos, provocar questionamentos e reflexões, utilizar os conhecimentos escolares na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento local. Para Theodoro (2005, p. 96) “a pedagogia de base africana é iniciativa, o que implica participação efetiva, plena de emoção, onde há espaço para cantar, dançar, comer e partilhar”.

Portanto, a educação nesta escola visa uma aproximação entre os saberes da comunidade e os curriculares, e isso se dá através da elaboração e execução de diferentes projetos pedagógicos, nos quais incentivamos a participação de toda a comunidade escolar, por exemplo, o “Projeto Identidade Cultural”, no qual objetivam o resgate e a valorização da cultura afro-brasileira e afro-amapaense, com ações educativas que reafirmam, fortalecem e valorizam a identidade da comunidade negra, estimulando assim, a transmissão aos educandos e comunidade em geral, acerca do reconhecimento e apropriação do valor e da inegabilidade das contribuições da cultura de origem africana para a formação do povo e da personalidade brasileira, de maneira que, esta possa ser perpetuada às futuras gerações. Desenvolvem três projetos dinâmicos e interativos ao longo do ano letivo, os quais retratam o nosso fazer pedagógico e simbolizam a missão da Escola Quilombola Estadual David Miranda dos Santos. São estes:

1) Projeto Identidade Cultural: tem por objetivo principal promover a valorização cultural através da história africana e afro-brasileira na Comunidade Quilombola São José do Matapi do Porto do Céu, demonstrando assim, a importância dos afro-brasileiros para formação da população brasileira, e para reconhecimento das comunidades locais como espaço de lutas e liberdade. Suas ações incluem exposições, capacitações, gincanas, sarau cultural, visitas às escolas quilombolas para integração e organização de eventos culturais específicos da comunidade, como festas tradicionais e religiosas. Para além do campo das visualidades, como a exposição a gincana trabalham os conteúdos relativos à identidade cultural e ancestral.

2) Projeto Família e Escola: objetiva promover a integração e a convivência entre os membros



da escola e as famílias, visando melhorar por meio da sociabilidade a qualidade do ensino e a aprendizagem do educando. As ações propostas nesse projeto são: palestras de higiene pessoal, sexualidade e saúde pública, guarda-vidas e combate ao fogo na floresta, visitas domiciliares e promoção de eventos que resgatem a autoestima dos educandos, por exemplo: a ação “Aniversariante do Mês” mobiliza e integra corpo docente e discente, e também a “Colação de Grau”, que visa trabalhar a autoestima e motivar os alunos formandos à continuidade dos estudos;

3) Projeto de Educação Ambiental: com o tema “Escola Quilombola Consciente”, esse projeto promove a conscientização ambiental, oportunizando a toda comunidade escolar um novo olhar sobre o meio onde se vive, aperfeiçoando assim, a interação humana com o meio ambiente, através da preservação e da sustentabilidade. As ações desse projeto incluem seminários, programações alusivas às temáticas ambientais (Semana da Água, do Meio Ambiente, da Amazônia e da Terra), gincanas, oficinas sobre plantas ornamentais, medicinais e horta ecológica, oficinas de materiais reutilizáveis e trabalha diariamente a “Ação Escola Limpa”, na qual os educandos são envolvidos na tarefa de monitorar as condições ambientais da escola e entorno.

**Figuras 1:** Imagens de algumas atividades desenvolvidas pela escola



**Fonte:** Autor, 2025.

A análise da relação entre os projetos pedagógicos e os conteúdos curriculares desenvolvidos pela Escola Quilombola David Miranda apresenta uma abordagem fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, compreendida, conforme Fazenda (2008; 2013), como o movimento de integração de saberes que ultrapassa a fragmentação disciplinar e possibilita novas formas de



produção de conhecimento. Nesse sentido, os projetos desenvolvidos pela escola quilombola configuram-se como práticas pedagógicas que não apenas articulam, mas também ressignificam os conteúdos de disciplinas, como por exemplo, de Matemática, Português, Ciências e História, ao inseri-los em contextos socioculturais específicos da comunidade.

O Projeto Identidade Cultural constitui um eixo metodológico para o ensino interdisciplinar, ao articular conteúdos de História – como a formação da sociedade brasileira, a resistência quilombola e a diáspora africana – com atividades de Língua Portuguesa, a exemplo da leitura, produção textual e expressão oral em gincanas, debates, etc. Essa conexão amplia o campo de significação dos conteúdos ao vinculá-los à valorização da memória coletiva e à afirmação identitária. Assim, o projeto promove uma prática pedagógica que articula a historicidade com o exercício linguístico-discursivo, possibilitando aprendizagens mais inclusivas e equitativas (Moreira, Candau, 2008; Moreira, Silva, 2013; Hall, 2015; Silva, 2023).

O Projeto Família e Escola, por sua vez, adota uma perspectiva interdisciplinar ao integrar conteúdos de Ciências, como saúde, sexualidade e prevenção de acidentes, a práticas de socialização e convivência escolar. Nesse caso, o diálogo metodológico entre as áreas se dá pela problematização de situações reais da comunidade, numa abordagem que aproxima o saber científico da experiência cotidiana. Ademais, conteúdos de Matemática emergem na organização de eventos, levantamentos estatísticos e planejamento de recursos, enquanto a Língua Portuguesa é mobilizada em práticas de comunicação, argumentação e registro. Essa articulação responde ao que Libâneo (2017) denomina de função social da escola, ou seja, a mediação entre conhecimentos científicos e saberes sociais, de forma a promover aprendizagens contextualizadas.

O Projeto de Educação Ambiental materializa o princípio da transversalidade (Brasil, 1997), ao inserir a temática ambiental no currículo escolar de forma integrada. Ao tratar de sustentabilidade, preservação e uso racional dos recursos naturais, articula-se diretamente com Ciências, mas também convoca a Matemática para mensuração, análise de dados ambientais e interpretação estatística, bem como a Língua Portuguesa para a produção de relatórios, seminários e campanhas educativas. A História, por sua vez, contribui com a análise dos impactos históricos da ação humana sobre o meio ambiente, possibilitando reflexões críticas acerca das práticas de comunidades tradicionais e seus saberes de preservação.

Metodologicamente, esses projetos constituem práticas interdisciplinares que se apoiam em três dimensões: 1) integração epistemológica, ao articular conceitos de diferentes áreas; 2) integração metodológica, pela utilização de estratégias diversificadas – oficinas, gincanas, seminários, saraus – que aproximam teoria e prática; e 3) integração sociocultural, ao considerar os saberes da comunidade quilombola como ponto de partida para o diálogo com os conteúdos curriculares. Dessa forma,



confirma-se a perspectiva defendida por Morin (2002) acerca da necessidade de um pensamento complexo, capaz de conectar o conhecimento escolar às realidades vividas pelos sujeitos.

De modo geral, os projetos desenvolvidos pela escola transcendem a mera complementaridade de conteúdos e constituem-se como práticas de ensino interdisciplinares e contextualizadas, que possibilitam aprendizagens críticas, reflexivas, inclusivas e socialmente equitativas.

#### **4.1 Pontos fortes da escola segundo nossa percepção**

A Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos desenvolve projetos como “Identidade Cultural”, “Família e Escola” e “Meio Ambiente”, que ultrapassam a dimensão de atividades pedagógicas complementares para se constituírem como estratégias de resistência epistemológica e política. Em um contexto marcado pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) e pela reprodução das desigualdades sociais no espaço escolar, esses projetos se inserem na luta contra o epistemicídio (Santos, 2021), buscando afirmar o conhecimento, a cultura e a história quilombola como fundamentos da formação cidadã.

Ao promover a busca ativa de estudantes, a valorização do elo família-escola e a centralidade das diversidades culturais, a instituição escolar atua no combate ao racismo que, conforme Cavalleiro (2012; 2024), se manifesta tanto em práticas explícitas de exclusão como em dinâmicas silenciosas que deslegitimam identidades negras e quilombolas no espaço escolar. Nesse sentido, as ações pedagógicas desenvolvidas não apenas aproximam a comunidade, mas constituem respostas políticas ao racismo institucional que historicamente marginalizou a população negra no acesso à educação.

A formação continuada do corpo docente, voltada para a especificidade da educação quilombola, dialoga diretamente com Gomes (2010; 2012), que defende a importância de construir um currículo que reconheça a centralidade da identidade negra e a legitime como categoria política e epistêmica. Assim, a escola assume um papel crucial na desconstrução do currículo eurocêntrico e monocultural, ainda hegemônico na educação brasileira, e na abertura a epistemologias outras, ancoradas nas experiências e cosmovisões quilombolas.

A flexibilização do calendário escolar, adaptado às dinâmicas culturais, religiosas e econômicas da comunidade, reforça esse movimento. Mais do que um ajuste administrativo, trata-se de um ato decolonial de resistência, que rompe com a linearidade do tempo escolar ocidental e reconhece a historicidade própria das comunidades quilombolas. Ao substituir aulas presenciais por pesquisas voltadas à história e cultura locais, a escola incorpora práticas pedagógicas que dialogam com o que Quijano (2022) denomina de colonialidade do poder, ao evidenciar como a estrutura social e educacional brasileira foi forjada em padrões eurocentrados que invisibilizam saberes subalternizados.



Nesse horizonte, a educação quilombola proposta pela Escola David Miranda dos Santos também se aproxima da perspectiva de Walsh (2002), que compreende a educação intercultural e decolonial como prática insurgente, voltada para a valorização das epistemologias locais e para a desconstrução das hierarquias coloniais do saber. Ao mesmo tempo, ressoa com Maldonado-Torres (2007), ao reconhecer que o racismo é um dos principais eixos da colonialidade do ser, que nega humanidade plena a populações negras, indígenas e periféricas. A resistência comunitária, portanto, emerge como possibilidade de reconstrução de um projeto de educação emancipatória e plural.

Diante deste contexto, verificamos que os projetos desenvolvidos pela Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos não podem ser compreendidos apenas como boas práticas pedagógicas, mas como atos de resistência decolonial, que enfrentam o racismo estrutural e institucional, valorizam as identidades quilombolas e produzem um currículo crítico, plural e emancipatório. Ao articular saberes ancestrais e culturais, a escola se consolida como espaço de luta contra as colonialidades do poder, do saber e do ser, assumindo sua função histórica na construção de uma educação antirracista e decolonial.

**Figuras 2:** Calendário de festividades religiosas da escola





## CALENDÁRIO DE FESTIVIDADES RELIGIOSAS

Escola Quilombola Estadual Prof. David Miranda dos Santos

<b>JANEIRO</b> 20 - Dia de São Sebastião  Sincretizado com Oxóssi	<b>MARÇO</b> 19 - Dia de São José Padroeiro da Comunidade Quilombola São José do Matapi  Sincretizado com Aganju	<b>JUNHO</b> 13 - Dia de Santo Antônio 24 - Dia de São João Padroeiro da Comunidade Quilombola São João  Santo Antônio sincretizado com Exú São João sincretizado com Xangô
<b>AGOSTO</b> 31 - Dia de São Raimundo Padroeiro da Comunidade Quilombola de São Raimundo do Pirativa.  Sincretizado com Obaluaiê	<b>OUTUBRO</b> 12 - Dia de Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil  Sincretizada com Oxum	<b>DEZEMBRO</b> 13 - Dia de Santa Luzia Padroeira da Comunidade Quilombola Cinco Chagas  Sincretizada com Ewá

## CALENDÁRIO DE FESTIVIDADES AFRO

<b>NOVEMBRO</b> 20 de novembro  Dia da Consciência Negra	<b>MARÇO/ABRIL</b> FERIADOS MÓVEIS <b>SEMANA SANTA</b> Tem início no domingo de Ramos e termina no domingo de Páscoa, que é celebrada no primeiro domingo após a primeira lua cheia do equinócio de março.  A Comunidade Quilombola São José do Matapi costuma guardar a Semana Santa desde a quarta-feira de Cinzas. <b>CICLO DO MARABAIXO</b> Em homenagem à Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo a festividade é composta por eventos religiosos, como missas e ladainhas, e festivos, como as tradicionais rodas de Marabaixo, corte dos mastros, quebra da murta e bailes dançantes. O festejo começa no Sábado de Aleluia e segue para o dia seguinte, quando é celebrado o Domingo de Páscoa e se encerra no primeiro domingo após Corpus Christi, conhecido como Domingo do Senhor. Dessa forma, as datas iniciais e finais variam de ano a ano em função da celebração da Páscoa. 
---	---

Observação: As festividades podem sofrer alterações nas datas, conforme organização da comunidade.

Fonte: Escola David Miranda, 2025.

A Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos, organiza seu calendário escolar incorporando festas religiosas de tradição católica, em consonância com as práticas culturais vivenciadas pela comunidade. Contudo, é fundamental salientar que, para além dessas expressões, as manifestações religiosas de matriz africana também se fazem presentes, sobretudo por meio do Ciclo do Marabaixo, elemento central da cultura afro-amapaense que atravessa as dimensões histórica, espiritual e comunitária da vida quilombola.

O Marabaixo é reconhecido como uma prática que articula religiosidade, resistência e identidade cultural. Estruturado em torno do toque das caixas, das ladainhas e das danças circulares,





ele se relaciona diretamente com os festejos do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, reinterpretando os elementos da tradição católica a partir da memória e da ancestralidade africana. No Amapá, o ciclo do Marabaixo ocorre principalmente entre a Páscoa e o Domingo da Trindade, com rituais como os levantamentos e derrubadas de mastros, cortejos, cordões, rodas de dança e cânticos, que reforçam o sentido coletivo da celebração (Custódio, Foster, Souza, 2019; Custódio, Foster, 2023; Soares *et al*, 2025).

Segundo Videira *et al.* (2019), o Marabaixo é mais do que uma festividade: constitui-se como território simbólico de resistência negra, onde memória, fé e cultura se articulam para a preservação da identidade quilombola. O autor destaca que o Marabaixo deve ser compreendido como um espaço pedagógico vivo, em que os sujeitos aprendem e transmitem valores, histórias e saberes afro-amapaenses, criando pontes entre a escola e a comunidade. Complementando essa perspectiva, Custódio (2023), enfatiza que o ciclo do Marabaixo reforça a luta contra o racismo estrutural ao afirmar a presença das religiosidades afro-brasileiras em um espaço social ainda marcado pela hegemonia do catolicismo.

Incorporar o Marabaixo ao calendário escolar quilombola significa, portanto, legitimar a pluralidade cultural e religiosa da comunidade, ao mesmo tempo em que fortalece as práticas de uma educação antirracista e intercultural, conforme defendem as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 08/2012. Ao reconhecer a centralidade dessas manifestações, a escola valoriza não apenas a dimensão católica dos festejos, mas também as expressões de matriz africana, que historicamente resistiram à marginalização.

Portanto, a experiência educativa da Escola Quilombola David Miranda vai além do cumprimento curricular: ela se ancora nos saberes tradicionais, nas práticas culturais e nos modos de vida quilombolas, reafirmando o Marabaixo como patrimônio imaterial e como instrumento de luta, memória e pertencimento da população negra do estado do Amapá.

#### **4.2 As fragilidades da escola segundo nossa percepção**

A implementação da educação escolar quilombola enfrenta desafios estruturais. Um dos principais é a falta de uma infraestrutura adequada (adaptada) nas escolas localizadas em comunidades quilombolas. Em nosso caso específico, a escola não dispõe de um auditório, tendo que realizar palestras e formações, por exemplo, em espaços abertos (refeitório ou quadra). Há também razoável dificuldade no acesso à escola, por conta da logística do transporte escolar, terrestre e fluvial, com o alunado dependendo exclusivamente desse transporte para chegar à Escola.

Outra fragilidade diz respeito à instabilidade no fornecimento de energia elétrica na comunidade, havendo frequentes desligamentos, o que prejudica o funcionamento dos equipamentos



eletrônicos da Escola, afetando a climatização das salas de aula, os roteadores de internet e, conseqüentemente, a rotina das aulas, principalmente nos sábados letivos.

Atualmente, o quadro de professores é, em sua maioria, de profissionais contratados, o que significa uma rotatividade no corpo docente, o que não é ideal para o desenvolvimento e continuidade dos projetos pedagógicos, de forma que, ao final de cada ciclo (ano letivo), existe a necessidade de recontração e, havendo mudanças no quadro, a escola precisa reiniciar etapas de projetos que já estavam em pleno desenvolvimento.

Por estar situada próxima a uma área diversificada, com crescentes migrações, a Escola também vivencia uma considerável rotatividade de alunos, com transferências repentinas e novas matrículas durante todo o ano letivo. Isso afeta negativamente os índices nos programas de rendimento escolar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da trajetória da Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos evidencia o quanto a educação quilombola constitui uma estratégia de resistência, valorização cultural e reconstrução identitária frente a um sistema historicamente excludente e eurocentrado. Os dados analisados e apresentados ao longo do texto mostram que, apesar das fragilidades estruturais e institucionais, há um esforço coletivo da escola e da comunidade em construir práticas educativas fundamentadas na ancestralidade africana, nos saberes locais e na participação popular.

Nesse sentido, reafirma-se a importância de uma educação decolonial entendida como uma prática pedagógica que busca descentrar os conhecimentos hegemônicos, valorizando saberes locais, historicamente marginalizados, promovendo a justiça epistêmica no processo educativo (Quijano, 2022), assim como questionando as estruturas de poder e os legados do colonialismo que permeiam a produção e a transmissão do conhecimento, estimulando a construção de perspectivas críticas e a valorização das identidades culturais diversas, que não apenas respeita as especificidades dos territórios quilombolas, mas rompe com a lógica de padronização curricular e epistemológica que ainda predomina na escola brasileira.

O fortalecimento da educação quilombola exige, portanto, a superação de desafios que vão além da esfera pedagógica, como a melhoria das condições de infraestrutura, a regularização do fornecimento de energia, o transporte escolar digno e a valorização dos profissionais da educação. Esses aspectos são essenciais para garantir o direito à educação com equidade e justiça social, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

No entanto, o que se percebe é que a efetivação dessas políticas ainda esbarra em práticas institucionais desiguais e numa ausência de políticas públicas nas comunidades que compreendam a



complexidade e a riqueza dos territórios quilombolas. Isso reitera a necessidade de uma atuação mais firme do Estado e o fortalecimento de processos de escuta e consulta às comunidades.

Sob uma perspectiva antirracista e decolonial que consiste em reconhecer e combater as desigualdades estruturais e os processos de exclusão histórica de povos negros, indígenas e outras minorias, bem como em valorizar saberes e práticas culturais marginalizadas, busca-se promover uma educação que seja inclusiva, equitativa e crítica. Essa abordagem não apenas questiona os paradigmas hegemônicos do conhecimento, mas também enfatiza a construção de práticas pedagógicas que respeitem as identidades, experiências e histórias das comunidades historicamente subalternizadas.

Assim, a experiência da Escola Quilombola Estadual David Miranda dos Santos se configura como uma resposta concreta ao silenciamento histórico da população negra no Brasil. A valorização da história e cultura afro-brasileira, a participação ativa da comunidade nos projetos pedagógicos, e a busca por uma educação pautada na dignidade e na liberdade, são elementos que contribuem para a construção de uma pedagogia libertadora e equitativa.

Essa escola, inserida no coração da Amazônia Amapaense, reafirma a urgência de reconhecer que os saberes e fazeres ancestrais quilombolas não são apenas complementares ao currículo, mas centrais para a formação cidadã, crítica e transformadora dos estudantes negros, quilombolas e ribeirinhos. Nesse processo, educar é, antes de tudo, resistir.

O trabalho desenvolvido pela Escola Quilombola Estadual David Miranda, evidencia que a Escola tem desenvolvido uma prática educacional potente, articulada aos princípios da educação antirracista, à valorização dos saberes tradicionais e ao fortalecimento da identidade étnico-racial. A partir dessa experiência, é possível apontar caminhos que sirvam de inspiração e exemplo para outras escolas quilombolas no estado do Amapá. Um dos principais aprendizados está na centralidade da participação comunitária na gestão escolar e na construção do currículo, o que reforça a ideia de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Além disso, a criação de projetos contínuos como o "Identidade Cultural", "Família e Escola" e "Educação Ambiental" demonstra que práticas pedagógicas integradas à realidade local promovem transformações sociais concretas, tais como a valorização da identidade e da memória cultural da comunidade, o fortalecimento dos vínculos entre escola e famílias, a conscientização ambiental e a formação de cidadãos críticos e participativos. Essas iniciativas evidenciam que a educação contextualizada e socialmente engajada não se limita à transmissão de conteúdos, mas atua como instrumento de empoderamento comunitário e de construção de uma cultura de respeito, inclusão e responsabilidade socioambiental. Outra possibilidade de avanço está na construção de redes colaborativas entre as escolas quilombolas do estado, com trocas de experiências, saberes e estratégias de resistência.



A formação contínua de professores com enfoque na educação para as relações étnico-raciais, bem como o incentivo à produção e uso de material didático específico, são igualmente caminhos fundamentais. Por fim, o fortalecimento de parcerias com universidades, movimentos sociais e instituições públicas pode potencializar políticas públicas mais eficazes, contribuindo para que todas as escolas quilombolas do estado do Amapá avancem rumo a uma educação libertadora, democrática e decolonial.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMAPÁ. Resolução nº 15/2019. **Referencial Curricular Amapaense**. Macapá: CEE, 2019.

AMAPÁ. Resolução nº 025/2016. **Normas de Criação e Funcionamento das Instituições de Educação Escolar Quilombola**. Macapá: CEE/AP, 2016.

AMAPÁ. **Currículo Prioritário Amapaense**. Amapá: SEED, SET/2020.

AMAPÁ. Escola Quilombola Estadual Professor David Miranda dos Santos. **Projeto Político Pedagógico Quilombola (PPPQ)**. Macapá, 2024.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 21 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2004.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03/2004**, de 10 de março de 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e Antirracismo na educação**: repensando nossa escola. 7. ed. São Paulo: Selo Negro, 2024.

COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). Notícias. 30 de janeiro de 2025. **Professoras e professores quilombolas de todo o Brasil discutem Plano Nacional de Educação (PNE) antirracista**. Disponível em: <https://conaq.org.br/professoras-e-professores-quilombolas-de-todo-o-brasil-discutem-plano-nacional-de-educacao-pne-antirracista/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CUSTÓDIO, E. S., FOSTER, E. da L. S., SOUZA, S. R. A. Quilombo, identidade e educação escolar: o ensino de História na escola David Miranda em Santana-Amapá. **História & Ensino**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 253–277, 2019. DOI: 10.5433/2238-3018.2019v25n1p253. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/34688>. Acesso em: 14 set. 2023.

CUSTÓDIO, E. S. Educação escolar quilombola no estado do Amapá: das intenções ao retrato da realidade. **Educação**, [S. l.], v. 44, p. e15/ 1–21, 2019. DOI: 10.5902/1984644430826. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/30826>. Acesso em: 14 set. 2023.

CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. da L. S. Percepções de professores sobre a questão racial em escola quilombola: narrativas de experiências. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 16, p. e5452021, 2022. DOI: 10.14244/198271995452. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5452>. Acesso em: 15 set. 2023.

CUSTÓDIO, E. S. **Educação escolar quilombola no Brasil**: um olhar a partir de referenciais curriculares e materiais didáticos estaduais. São Paulo: Dialética, 2023.

CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. da L. S. (org). **Olhares indagativos sobre práticas racistas na escola e caminhos de superação**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOSTER, E. da L. S.; CUSTÓDIO, E. S. (org). **Vozes, saberes e resistências cotidianas na educação para as relações étnico-raciais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

FLICK, U. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.



GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, N. L. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. Brasília: MEC, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, em CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global Bogotá**: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 37, 2022. DOI: [10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192](https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 14 set. 2025.

REIS, J. J. **Quilombos e revoltas: resistência africana no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SILVA, G. M. da; *et al.* **Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. Brasília, Editora Jandáira, 2021.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SOARES, C. A., *et al.* Habitar, pertencer e resistir: uma leitura heideggeriana da canção popular do marabaixo como ontologia afro-amapaense. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. e2127, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n4-58-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2127>. Acesso em: 14 set. 2025.





THEODORO, H. L. **Negro e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2005.

VIDEIRA, P. L. *et al.* Marabaixo como instrumento pedagógico no processo de ressocialização de crianças no “abrigo criança feliz” em Macapá-AP. **Plures Humanidade**, v. 20, n. 1, p. 86-108, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/394>

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo, SP: M. Fontes, 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015.

WALSH, C. **(De)Construir la Interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros em el Ecuador**. 2002. Disponível em: <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/363/File/PonenciaLima1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.